

CRISTIANE GOULART CHEREM

MEDIDAS CAUTELARES EM FACE DA LEI 12.403/11

O Novo Paradigma de Alternativas às Prisões

Obra atualizada com as Leis 12.830/13 (Investigação Criminal), 12.850/13 (Organização Criminosa), e 12.978/13 (Exploração Sexual de Criança ou Adolescente).

Prefácio: Doutor Marco Antonio Marques da Silva

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2014

Copyright © 2014 by *Cristiane Goulart Cherem*

Categoria: Direito Processual. Direito Penal

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

Sumário

1. Introdução.....	1
2. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO....	3
2.1. O Processo Penal à Luz de uma Visão Pós-Positivista do Direito.....	3
2.2. O Fundamento da Dignidade Humana	7
2.3. Devido Processo Legal	12
2.4. Acesso à Justiça	14
2.5. Motivação das Decisões Judiciais.....	16
2.6. Legalidade	17
2.7. Contraditório	19
2.8. Ampla Defesa	21
2.9. Presunção de Inocência	24
2.10. Princípio do “Favor Rei”	26
2.11. Eficiência, Eficácia e Efetividade do Processo Penal.....	27
2.12. Proporcionalidade e Razoabilidade	28
2.12.1. A razoabilidade na duração do processo penal	33
3. A CAUTELARIDADE NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	41
3.1. A Relação Entre o Processo Civil e o Processo Penal.....	41
3.2. Conceito de Medidas Cautelares	44
3.3. Classificação.....	46
3.4. Características	49
3.5. Pressupostos	50
4. AS PRISÕES CAUTELARES NO PROCESSO	
PENAL BRASILEIRO – À LUZ DA LEI 12.403/11.....	53
4.1. Conceito.....	53

4.2. Evolução Histórica das Prisões Cautelares	53
4.3. A Finalidade Da Lei 12.403/11.....	59
4.4. Espécies	61
4.4.1. Prisão em flagrante.....	63
4.4.1.1. Conceito e natureza jurídica	63
4.4.1.2. Sujeito ativo e sujeito passivo	65
4.4.1.3. Espécies de flagrante	69
4.4.1.4. Procedimento	73
4.5. Prisão Preventiva	79
4.5.1. Conceito e finalidade	79
4.5.2. Legitimidade	81
4.5.3. Espécies e condições - visão geral	82
4.5.4. O “fumus commissi delicti” e o “periculum libertatis” na prisão preventiva	85
4.5.4.1. Análise dos pressupostos jurídicos do art. 313 do Código de Processo Penal	87
4.5.4.2. Análise dos pressupostos fáticos do art. 312 do Código de Processo Penal	92
4.5.4.2.1. Garantia da ordem pública	92
4.5.4.2.2. Garantia da ordem econômica	96
4.5.4.2.3. Conveniência da instrução criminal.....	97
4.5.4.2.4. Asseguramento de aplicação da lei penal	97
4.5.5. Vedação legal à prisão preventiva	98
4.5.6. Prisão domiciliar	100
4.6. Prisão Temporária	104
4.7. A (I)Legalidade da Prisão para Averiguações	112
4.8. Forma de Cumprimento da Prisão Cautelar	114
4.8.1. Prisão especial.....	114

4.8.1.1. Prisão domiciliar - Lei 5.256/67.....	117
4.8.1.2. Sala de Estado-Maior.....	118
4.9. Banco Nacional de Prisões	120
5. O INSTITUTO DA LIBERDADE PROVISÓRIA	
DIANTE DA LEI 12.403/11	123
5.1. Conceito e Finalidade.....	123
5.2. Cabimento	126
5.2.1. A discussão sobre a inafiançabilidade e a proibição da liberdade provisória	127
5.3. Espécies	133
6. AS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS DIVERSAS	
DA PRISÃO ADVINDAS DA LEI 12.403/11	137
6.1. Regras e Critérios Gerais para Imposição das Medidas Cautelares Introduzidas pela Lei 12.403/11	138
6.1.1. A aplicação das medidas com a prévia oitiva do imputado - contraditório imediato	141
6.1.2. Vedações à imposição de medida cautelar descarcerizadora	142
6.2. Iniciativa	143
6.3. Espécies	145
6.3.1. Comparecimento em juízo para informar e justificar atividades	145
6.3.2. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares	147
6.3.3. Proibição de manter contato com pessoa determinada	147
6.3.4. Proibição de ausentar-se da Comarca	148
6.3.5. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga.....	150
6.3.6. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade econômica ou financeira.....	151
6.3.7. Internação provisória do inimputável ou semi-imputável	152

6.3.8. Fiança	154
6.3.9. Monitoramento eletrônico	159
6.3.10. Proibição de ausentar-se do País, com determinação de entrega do passaporte	161
6.4. Medidas Cautelares Pessoais não Prisionais Dispostas na Legislação Especial	162
6.5. A Escala de Gravidade das Medidas Cautelares não Prisionais, Advindas da Lei 12.403/11	163
6.6. A Detração Penal e a Lei 12.403/11.....	165
6.7. O Prazo de Duração das Medidas Cautelares não Prisionais.....	168
6.8. (In)Existência do Poder Geral de Cautela Jurisdicional no Processo Penal Brasileiro	169
6.8.1. O poder geral de cautela do juiz no Código de Processo Civil	169
6.8.2. A (im)possibilidade de aplicação no processo penal do poder geral de cautela do juiz	172
6.9. A Necessidade de Efetiva Aplicação da Lei 12.403/11 e a Fiscalização das Medidas Descarcerizadoras	188
Conclusão	193
Referências Bibliográficas.....	201